

Faculdade de Educação



Teoria & debate.

n.2(1988)

SÃO PAULO

nº 2 - março 1988 - Cz\$ 150,00

NACIONAL

ELEIÇÕES E MILAGRE

CIÊNCIA

UM BRASIL ATÔMICO

MEMÓRIA

O SOCIALISTA ANTONIO CANDIDO

ABOLIÇÃO

PRESENÇA NEGRA, NEGRA

ÍNDICE

- 3 NACIONAL**
*a mirabolante
aventura brasileira,
do golpe militar
às eleições (?) de 88* Rui Falcão
- 6 SOCIEDADE**
*movimento negro,
luta de raças
e luta de classes
no centenário
da abolição* Florestan Fernandes e
Hamilton Cardoso
- 14 TRABALHADORES**
*a experiência e
as propostas táticas
para a explosiva
questão agrária* Avelino Ganzer
- 20 CIÊNCIA**
*césio 137,
corrida tupiniquim
da bomba atômica,
nacionalismo: o
impasse nuclear* Bernardo Kucinsky
- 23 CULTURA**
*a rebeldia
incompreendida
da juventude que
não tem partido* Eugênio Bucci
- 26 MEMÓRIA**
*em entrevista
exclusiva o
intelectual Antonio Candido
e seu passado político* Eder Sader e
Eugênio Bucci
- 34 ECONOMIA**
*um programa para
a dívida externa,
a dívida interna
e o salário mínimo* Paulo Sandroni
- 39 DEBATE/INTERNACIONAL**
*duas maneiras de
ver (e criticar)
a "Glasnost" e
a "Perestroika"
soviéticas* David Capistrano Filho e
Luis Favre
- 45 SOCIEDADE**
*como viabilizar
a participação
popular no
governo municipal* Celso Daniele
- 50 LIVROS**
*o itinerário
de Victor Serge* Eder Sader
*a China segundo
Wladimir Pomar* Marília Andrade
- CAPA** e Ilustrações Paulo Von Poser

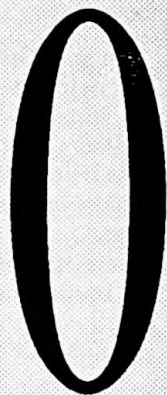




*O Partido dos
Trabalhadores não
pode adotar a postura
das comemorações oficiais.
Também não pode fazer
a celebração proletária
da abolição. Tem de
encarar a questão de frente
e refletir a fundo sobre as
relações entre raça e classe.*

Florestan Fernandes

LUTA DE RAÇAS E DE CLASSES



O PT, como e enquanto partido das classes operárias e das massas populares, não pode estar ausente das comemorações do "Dia da Abolição". A data constitui uma ficção histórica. Uma princesa assinou uma lei que extinguiu uma instituição que já estava morta. No entanto, a historiografia oficial e as classes dominantes posteriormente transformaram essa data em um marco histórico e a converteram no símbolo de que, no Brasil, a escravidão se encerrara por iniciativa dos de cima e de "modo pacífico". Ora, os fazendeiros de café ainda pretendiam prorrogar o uso dos escravos, através de contratos que passaram a ser transacionados desde o pico da luta abolicionista (mais ou menos de 1885 em diante, em algumas regiões) e puniram a Coroa por essa "boa ação". E o

próprio Estado, sob o Império e de maneira avassaladora sob a República, iria compensá-los por suas "perdas". Os proprietários de escravos pleiteavam a indenização: obtiveram a imigração em larga escala, financiada pelo poder público. A "Lei Aurea" foi um dissabor, que deu alento ao gigantismo de uma política que já vinha sendo posta em prática e acabou sendo levada às últimas consequências. Os escravos é que foram expulsos do sistema de trabalho e, onde houve abundância de mão de obra livre, nacional ou estrangeira, viram-se diante de uma tragédia. Despreparados para competir com os imigrantes ou para se deslocarem para outras ocupações, foram condenados ao ostracismo e à exclusão. Somente a mulher negra logrou enfrentar esse período sem perder onde trabalhar, embora sujeita a uma exploração aviltante. Os abolicionistas deram seus compromissos por terminados. Eles não se soldavam às pessoas dos escravos, mas com o fim da escravidão e o início de uma nova era social, aberta ao trabalho livre, ao "progresso" e à aceleração do desenvolvimento urbano-comercial. Poucos ficaram ao lado dos negros, como o fez exemplarmente Antonio Bento, em São Paulo, combatendo tenazmente os abusos cometidos contra o negro e defendendo sua "redenção social".

Vista de uma perspectiva histórica ampla, o 13 de maio não constituía o marco da generosidade da raça dominante. Era uma data histórica que testemunhava a vitória dos de baixo, uma data de significado popular. Os principais agentes dessa vitória eram os próprios negros. Os escravos rebelaram-se nas senzalas e deixaram de obedecer os contratos maquinados pelos senhores, que lhes conferiam a liberdade em troca de um período predeterminado de prestação gratuita de trabalho (cinco, quatro, três ou dois anos). Ao abandonarem as fazendas e aceitarem tarefas a pagamento de fazendeiros vizinhos (o que era proibido pelo código de honra dos fazendeiros) eles desorganizavam a produção e, o que foi mais decisivo no fim, suspendiam a colheita. Já não havia nada a salvar. Nem propriedade do escravo nem sujeição do escravo à lei ou à repressão senhorial. Por outro lado, como assinala Antonio Bento, o verdadeiro apoio de massa à libertação dos escravos provinha de baixo, dos trabalhadores urbanos e dos artesãos, donos e empregados de alfaiatarias, sapatarias, padarias, oficinas, etc., que rompiam na prática com a ordem estabelecida. O tope sancionou o que se impunha pelo clamor do Povo. A ingenuidade da princesa serviu à causa popular, o que não im-

pedia que o Brasil fosse um dos últimos países a proclamar oficialmente o término da "instituição odiosa".

Esses fatos são claros. Eles indicam que o PT não pode e não deve engrossar a onda de consagração da versão oficial da história e de endeuçamento da ordem estabelecida. Há dois lados nessa comemoração. O da consagração do 13 de maio como uma realização altruística da Casa Imperial e de elogio à conciliação. O do negro, agente desconhecido das ações decisivas e fulminantes na hora final, e do desmascaramento da história oficial.

O primeiro lado põe-nos diante de uma irrisão. Se houve altruísmo e uma versão construtiva da conciliação, por que a abolição foi prorrogada até os limites da impossibilidade? Por que o Brasil figura na galeria dos países mais cruéis na espoliação e no massacre dos escravos? Por que não se implantou uma política de assistência e compensação aos antigos agentes do trabalho escravo?

Por sua vez, a segunda versão desvela a história sem as fantasias dos poderosos. O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes. Os que não recorreram à migração para as regiões de origem, repudiavam o trabalho "livre", que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas. Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem "vagabundos", "boêmios", "parasitas de suas companheiras", "bêbados", "desordeiros", "ladrões", etc.. A estigmatização do negro, associada à condição escrava, ganhou nova densidade negativa. A abolição pela via oficial não abria nenhuma porta — fechava todas elas. Só os negros que viviam em regiões mais ou menos subdesenvolvidas — e não tiveram que competir com os imigrantes pelo trabalho — achavam empregos. Os que submergiram na economia de subsistência deparavam com um meio de vida e de sobrevivência. Os que ficaram nas cidades — e em particular os que foram ou permaneceram em São Paulo — "comeram o pão que o diabo amassou".

Essa é a "herança da escravidão", que recaiu sobre os ombros dos negros. Esse quadro teve um ou outro marco menos dramático ou feliz. Mas, como exceção. Os que haviam recebido alguma pequena herança dos velhos proprietários, os que, por paternalismo, receberam a proteção de famílias brancas poderosas e arrumaram algum emprego como contínuos, serventes ou em cargos modestos, os que já haviam se introduzido nas posições mais baixas do artesanato urbano, os que desapareceram em comunidades negras perdidas nos rincões desse vasto país. Todavia, eles eram a exceção. Campinas e São Paulo, como o demonstram testemunhos históricos da imprensa negra, servem de exemplo de que a abolição "jogou o negro na sarjeta" e ele teve de reerguer-se aos poucos, penosamente, para descobrir que o trabalho livre não era o equivalente social do trabalho escravo.

A Coroa, portanto, não emancipou os negros escravos. Simplificou as coisas para o poder público e para os proprietários de escravos. Eles ficaram desobrigados para conduzir a nova política de imigração em massa e de colonização. O futuro lhes pertencia. Os antigos escravos que se arranjassem e que abrissem seus caminhos como pudessem. Por isso eles eram escravos...

É através do negro e do indígena (e de remanescentes de aglomerados de "homens pobres livres", que vegetavam sob a economia de subsistência) que as seqüelas da colônia e da so-

cidade escravista iriam sobreviver e alimentar o subdesenvolvimento. Os trabalhadores brancos (imigrantes e nacionais) forjaram, dentro de pouco mais de um quarto de século, o trabalho livre como categoria histórica. Os demais foram alijados naturalmente desse processo e das vantagens dele decorrentes. Ficaram segregados. Só que os negros viviam dentro dos muros da cidade e não participavam de seus dinamismos, a não ser como exceção que confirma a regra. Em consequência, o negro engolfa-se em uma terrível tragédia. Apenas ele estava presente, sem ser participante ou sendo participante de maneira ocasional. Essas condições histórico-sociais alimentaram a preservação de velhas estruturas sociais e mentais. Elas criaram o refugio social, os rejeitados. Só que o negro vive o drama dentro da cidade, espiando de perto como uns se tornavam GENTE e descobriam um lugar ao sol, enquanto ele *vegetava*.

Os velhos dilemas se reproduziam. O preconceito e a discriminação se ocultavam por trás do tratamento racial assimétrico, do branco da classe dominante (e de outros tipos de brancos); das iniquidades sociais, econômicas e culturais; da concentração racial da renda e da desigualdade racial extrema — e o negro era empurrado a aceitar e a engulir tudo isso! Não tinha como lutar e como romper socialmente com a "herança da escravidão". O pior é que essa exclusão o marginalizava: o preconceito e a discriminação fechavam as oportunidades de integração ao sistema ocupacional ou as restringiam ao mínimo.

Como regra, o homem era mais facilmente contemplado com o "trabalho sujo", com o "trabalho arriscado" e com o "trabalho mal pago"; e a mulher mantinha a tradição de doméstica, da prática dos dois papéis (o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho-famílias) e de prostituição como alternativa.

Para classificar-se como trabalhador assalariado, pois, o negro tinha de vencer muitas barreiras e, como consequência, foi prolongado o período de transição maldita. Os mais pobres viviam em cortiços, em casas de cômodos ou porões para alugar. Até aí o negro enfrentava barreiras, indo parar nos cortiços famosos por serem grandes infernos, "buracos da onça", onde a desorganização social campeava à solta e todas as violências ocorriam simultaneamente.

Os seres humanos acuados não têm piedade diante de presas mais fracas. Encurralados e "emparedados", aceitavam um estilo de vida que convertia a desgraça em destino coletivo (já que "desgraça pouca é bobagem").

Não adianta ampliar esse quadro tétrico. Quem quiser um panorama mais amplo, leia o segundo capítulo do meu livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. O que importa assinalar é que "viver na cidade" não queria dizer "superar o passado", pelo menos para a imensa maioria. Este era o canal humano da perpetuação do passado, da continuidade de estruturas sociais e mentais coloniais e escravistas,

que o negro odiava mas não podia extinguir.

Os negros e os mulatos tomaram a si — sem apoio externo — a tarefa de modificar essa situação. Os movimentos sociais no meio negro pretendiam esse objetivo ambicioso, contra todos e contra tudo. Na verdade, se alcançassem êxito, teriam limpado a sociedade brasileira das seqüelas do mundo colonial e da sociedade escravista. Através de uma revolução dentro da ordem, conquistariam o que lhes fora negado.

É emocionante acompanhar esses movimentos. Eles não atingiram todo o meio negro, entorpecido e brutalizado demais para dar semelhante salto histórico coletivamente. Mas construíram uma visão negra da sociedade que a ordem legal existente comportava e lhes era proibida. Por suas vias intelectuais e por seus méritos, a imprensa negra e várias organizações ou associações negras denunciaram a realidade, desmascararam as manifestações e os efeitos do preconceito de cor e da discriminação racial, desnudaram a hipocrisia das leis e da constituição. Propuseram-se ser os campeões de sua defesa, porque aspiravam à condição de cidadão e lutavam por instituir a *Segunda Abolição*, a abolição erigida pelos negros e para os negros. A antítese da "abolição oficial", da falsa abolição, que só emancipou os senhores de suas obrigações econômicas, sociais e morais diante do escravo. Foram a fun-

do na análise objetiva das responsabilidades do negro pela situação existente. Mas foram ainda muito mais longe na denúncia do branco e na descrição do "mundo dos negros" que a abolição e suas seqüelas produziram para "manter o negro em seu lugar".

O PT precisa tomar posição diante dessa problemática, divorciando-se das ilusões correntes. Não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje. Não basta recorrer ao "movimento popular" como terapêutica de assistência social e de "cura" na

opção pelos excluídos. Essa linguagem pode traduzir solidariedade humana e fraternidade social. Não obstante, o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultívaram a repetição do passado no presente. E exige uma contra-violência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder.

Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tão pouco, uma não se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências. Afirmar-se somente pela raça pressupõe uma utopia. A resistência negra nas décadas de 1930, 1940 e parte de 1950 suscitou o reacionarismo das classes dominantes, que logo denunciaram o "racismo negro"! Além disso, mesmo onde negros e brancos conviviam fraternalmente, nem por isso os brancos sentiram-se obrigados a dar solidariedade ativa aos porta-vozes e às manifestações da rebelião negra. Hoje, a situação histórica é distinta. O que

Não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje. O "movimento popular" não é terapêutica de "cura" na opção pelos excluídos

nos impele a pensar sobre o assunto sem as vizeiras do socialismo reformista e da assistência social humanitária.

De um lado, é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores. Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes.

Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos — a classe e a raça.

Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula "proletários de todo o mundo uní-vos" não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classe; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte todos os interesses, valores e aspirações que compõem o concreto como uma "unidade no diverso". Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo.

Aí está o busilis da questão no plano político revolucionário. Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso.

Um exemplo pode ilustrar o raciocínio. Os operários podem interromper um movimento porque conquistaram o aumento do salário, a introdução de comissões no local de trabalho, a readmissão de colegas demitidos, liberdade de greve e de organização sindical, etc.. Não obstante, os trabalhadores negros poderão ter reivindicações adicionais: eliminação de barreiras raciais na seleção e promoção dentro da fábrica, convivência igualitária com os colegas, supressão da condição de bode expiatório na repressão dentro da fábrica e fora dela, acesso livre às oportunidades educacionais para os filhos, etc. A moral da história é que embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais... Nas lutas dentro da ordem, a solidariedade de classe não pode deixar frestas. As

greves e outras modalidades de conflito, que visam o padrão de vida e as condições de solidariedade para o trabalhador, não podem admitir a reprodução das desigualdades e formas de opressão que transcendem à classe.

Esse não é, porém, o argumento mais importante. A classe é, para o proletário, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem. O essencial não é o "melhorismo", a "reforma capitalista do capitalismo". Mas, a eliminação da classe, do regime de classes e da sociedade organizada em classes.

Em sociedades de origem colonial há elementos de tensão que tornam algumas categorias de proletários mais radicais e revolucionários que outras. Quer para as transformações dentro da ordem, quer para a revolução contra a ordem, tais elementos de tensão são cruciais para a radicalização e a tenacidade dos movimentos sociais proletários.

Isso não quer dizer que todo o negro poderá ser um militante proletário mais firme e decidido que os demais. Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma

coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global. O negro acumulou frustrações e humilhações que tornam incontáveis os seus anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Ele não pode dar a outra face. É tudo ou nada. Ou rebeldia ou capitulação. Ou democracia para valer ou luta contra os grilhões, agora ocultos por trás de uma pseudo-democracia. Reflexões desta natureza podem parecer equivocadas. Mas, por que as elites temem as classes trabalhadoras e, mais ainda, "o populacho", em sua maioria composto de ne-

**Esse é um dilema
que liga luta de classes
e luta de raças.
Uma não esgota a outra...
Classe e raça
combinam
forças contrárias à ordem,
que só podem recompor-se
numa sociedade nova**

gros e de mestiços?

O essencial é que há uma abolição a ser construída e que os negros tomaram em suas mãos, há mais de cinquenta anos, a idéia de realizar uma Segunda Abolição. Não podemos manter as posturas das comemorações oficiais. Porém, também não podemos fazer a celebração proletária da abolição. Esta implica em transcender à ordem existente, destruí-la, criar uma nova ordem social libertária e igualitária. Não é suficiente, pois, dizer não às comemorações oficiais, desmascará-las. É necessário refletir a fundo sobre a realidade atual e propor ao PT que ele dê as mãos aos negros e a todos que exigem uma abolição que se atrasou historicamente e deve ser feita dentro do capitalismo, contra ele, ainda na era atual.

Florestan Fernandes é professor universitário, sociólogo e deputado federal pelo PT-SP.



HISTÓRIA RECENTE

dez anos de movimento negro

Hamilton Cardoso

H

á uma década, apenas, em 1978 os movimentos negros travaram, principalmente na cidade de São Paulo, o seguinte debate: o que fazer, no dia 13 de Maio, data da abolição da escravatura? Hoje o debate pertence a toda sociedade. A Globo, por exemplo diz Axé. Na época, duas tendências da esquerda digladiavam-se, ao mesmo tempo em que se contrapunham ao setor mais tradicional, fa-

vorável a comemorações da abolição. Uma delas queria uma postura passiva: "não devemos fazer nada, no dia 13", diziam. "Não devemos, sequer trabalhar". A outra queria uma denúncia ativa, com ampla participação, sob forma de protesto, de todas atividades comemorativas.



Os ativistas partiam de algumas premissas: uma delas era o reconhecimento de que, independente da reflexão ou do caráter da abolição decretada no Brasil, a maior parte da população negra sempre comemorou no candomblé e na umbanda, nas congadas e escolas de samba e outras entidades negras de massa o fim da escravidão. A elite negra, inclusive, dava vivas à Princesa Izabel, iden-

tificando como positivo o fato populações negras deixarem, juridicamente, de ser escravas.

Outra premissa: os movimentos negros, então, eram fracos e atuavam de forma completamente isolada da comunidade negra (reaciniária por desinformação) e da população branca que, integrante e beneficiária da cultura do racismo, tinha sérias resistências à solidariedade anti-racista. Pior: resistia de modo reacionário a qualquer tentativa de organização e livre expressão dos movimentos negros.

Apesar do regime militar e do crescimento das lutas democráticas, aquela era, do ponto de vista subjetivo, uma conjuntura desfavorável para as lutas anti-racistas. Para os negros eram tempos de Black Soul; para brancos, de importar músicas da América Espanhola. A juventude negra era atacada por dois lados: para a direita era a expressão da organização da guerrilha urbana; para a esquerda, simbolizava a submissão ao colonialismo ianque. Nos dois lados o que interpretava a contradição racial como um fenômeno de subdesenvolvimento negro.

O que importa, porém, é que, a partir de 1978, os movimentos negros foram impulsionados no país e, exatamente deste debate, surgiu o primeiro fenômeno da sua unificação. E, curiosamente, ao contrário das teorias clássicas da esquerda brasileira, esta unidade e impulso se desenvolveram a partir e por cima das teses tradicionais de luta de classes, em voga na sociedade brasileira de então. O grande móvel condutor da nova "consciência negra" brasileira foi exatamente um dos elementos propulsores da luta anti-racista dos EUA: o nacionalismo negro.

Do ponto de vista teórico, o essencial para este avanço foi o reconhecimento da

fragilidade interna do movimento. Esta fragilidade estava determinada por diversos fatores, entre eles a mais absoluta alienação dos setores organizados da chamada sociedade civil, que identificavam no regime militar e nos fatores econômicos gerais as razões para todos os males da sociedade. Desatentos às contradições cotidianas e mais gerais da história do país, a maior parte das lideranças da sociedade civil, principalmente dos setores de esquerda, liberais e social-democratas marginalizavam, em suas análises, fatores culturais e políticos do colonialismo, entre eles o privilégio da branquitude. Fechavam os olhos à expansão e ocupação territorial, através da distribuição de privilégios raciais maiores ou menores, mas a todos os integrantes dos povos brancos. Ou seja, o fato da sociedade europeizante reservar em detrimento dos povos nativos mais direitos econômicos e de cidadania para os brancos, símbolos nacionais da expansão das burguesias européias nos territórios não europeus.

Daí não é de se estranhar que as análises sobre tortura no Brasil do regime militar não estabeleçam relações com a tradição de torturas e violência policial iniciadas durante a escravidão contra os rebeldes das senzalas e que continuaram, inclusive nos brasis democráticos de depois da escravidão, contra os desregrados das favelas, cidadãos comuns e quase sempre não brancos-negros, mestiços, índios e outros. Naquelas análises a violência racista da polícia não necessariamente é política, contra um setor das classes trabalhadoras que fica limitado em sua liberdade de expressão, de ir, vir e se desenvolver, o que, aliás, era uma reivindicação vital para os movimentos políticos negros de então, inclusive para transitar entre ativistas políticos.

Também os estudos sobre as classes trabalhadoras não consideravam (e ainda não consideram na medida necessária ao elaborar as teorias de lutas políticas dos trabalhadores) os diferentes modos de inserção de negros e brancos no modo de produção, assim como as táticas de luta utilizadas pelos escravos e seus descendentes, como os imigrantes membros das classes trabalhadoras, em suas lutas por liberdade e direitos. Não há comparações entre as diferentes táticas, da mesma forma que não se estudou a formação das classes médias a partir da verificação das oportunidades desiguais oferecidas a ne-

gros e brancos na sociedade e o impacto destas diferentes oportunidades no desenvolvimento do fenômeno da cooptação política.

Enfim, não se sabe ainda porque certos trabalhadores brancos ascenderam socialmente e passaram a integrar a burguesia, enquanto a miséria negra se perpetuou, da mesma forma que as elites brasileiras tão intocadas como a ordem de desigualdades raciais. Por isto mesmo foi impossível ter uma definição competente do que é o fenômeno da conciliação no Brasil. Mesmo porque não se estudou a sua relação com o racismo nem se descobriu quem divide e nem quem concilia com quem, do ponto de vista da luta de classes e da concessão de privilégios econômicos com base em padrões raciais. Não se sabe, afinal, o que exatamente divide as classes trabalhadoras. Em 1978 dizia-se na sociedade civil que a luta anti-racista divide.

Outra coisa que precisa ser respondida: será que existem conexões étnicas no processo de formação da interdependência brasileira ao capital externo? Por que, por exemplo, foi o ministro Shigeaki Ueki quem dinamizou as relações econômicas Brasil-Japão? Ou então, por que Ernesto Geisel privilegiou o capital alemão, apesar da tecnologia obsoleta da usina nuclear que importou? Ou ainda, por que os generais sulistas estimularam, para expansão das fronteiras, a imigração dos trabalhadores do sul europeizado para o norte e nordeste - amestiçado, negro e índio, cujas populações eram empurradas pela miséria e a exploração econômica, para o sul, onde se transformavam em mão-de-obra barata?

Estes fenômenos tiveram consequências maiores que a sua mera marginalização nos centros urbanos ou a maior difusão do baiano. Tiveram consequências políticas: onde afinal estão os louros dos pampas que ganharam terras para criar novas fronteiras? Mantém a tradição dos Farrapos ou dos românticos anarquistas do começo do século? Provavelmente desfrutaram de privilégios idênticos aos ex-operários que, de São Paulo, foram ocupar o lugar e atrasar o processo de qualificação da mão-de-obra nativa, tratada como o ex-escravo depois da abolição da escravatura.

A verdade é que as políticas "revolucionárias" e os intelectuais da política mais progressista brasileira têm privilegiado, para a elaboração teórica, a experiência européia e europeizante e,

marginalizado a experiência local, não europeia e não branca. E quem pretende sublevar (se é que alguém pretende) as massas não pode fazê-lo sem responder àquelas questões, principalmente num país onde a burguesia tem orgulho da sua origem étnica, mas reconhece, apesar do racismo, que metade da população, 44,5%, é não branca-negra ou mestiça.

Um político conservador, mas atento, o negro Esmeraldo Tarquínio, ao falar do golpe de 64, dizia que ele era de elites porque não conseguia visualizar, nas fotos da "Marcha com a Família e a Propriedade", qualquer "ponto negro" no meio da multidão. Algo parecido com os palanques das lutas "populares" pela democracia, travadas recentemente e na década passada, cujos organizadores fazem manifestações que mais se parecem com atos realizados na Europa, tão branca sua estética marcada pela quase que absoluta ausência de cultura popular.

Outro político, também atento, mas de esquerda, o deputado federal Luiz Gushiken surpreendeu-se com o afluxo de japoneses que, organizados, atuaram na sua campanha e do Partido dos Trabalhadores. É que o fato racial, apesar de essencial na realidade brasileira não fazia parte da sua formação de esquerda. Apesar de japonês. Isto porque a lógica das lutas políticas organizadas têm privilegiado um sujeito histórico, no Brasil: o descendente de europeus. Uma lógica que, aliás, é perversa contra o próprio branco, forçado a se imaginar como o eterno responsável pelo progresso ou o retrocesso da humanidade - coisa que os chineses, árabes, vietnamitas, africanos e outros povos não brancos sabem que isto é irreal, ao contrário dos revolucionários brancos que, no seu romanismo, deixaram de notar que uma das razões do enfraquecimento dos movimentos operários do início do século foi a incapacidade dele estabelecer conexão com as massas populares nativas por não saber, inclusive, falar "a língua" das populações exploradas e oprimidas do país. Ao contrário do populista Getúlio Vargas, do demagogo Jânio ou do caipira Quéricia que, através do uso, reconheceram a menos a força das culturas não brancas.

A alienação branca acabou determinando outra fragilidade dos movimentos negros que, na prática da luta, acabaram introjetando a lógica da exclusão, determinante no pensamento racista. E marginalizaram, em suas análises, o potencial revolucionário e reformador das po-

pulações brancas, vítimas das contradições de classes, descartadas por estes movimentos como prováveis aliados. Todo o esforço negro concentrou-se na organização dos negros e pouca energia voltou-se para as contradições não raciais. Cristalizou-se a lógica do gueto: negro só alicia negro. Esta lógica acabou sendo reincorporada pela alienação branca que, ao reconhecer o racismo, transformou o seu combate numa responsabilidade "única e exclusiva dos negros". A questão deixou de ser política: tornou-se pessoal dos negros, que, ao preservá-la assim, começaram a tecer a corda do próprio isolamento.

Esta, a lógica que precisava ser revertida às vésperas do dia 13 de maio de 1978. Mesmo porque, isolados, os negros desenvolviam uma teoria mais alienante, de contestação pura e simples de tudo o que era branco. Da linguagem à própria ciência. Evoluía, principalmente entre os jovens negros, profunda aversão a tudo feito por brancos, inclusive a luta contra o regime militar. A teoria marxista começava a ser rejeitada, não pela crítica ao contexto em que Marx pensou o mundo branco, mas pelo reacionarismo do racismo às avessas.

Da mesma forma que os brancos confundiam a história do Brasil com a história da expansão europeia, os negros começaram a confundir o mundo das idéias com a sua difusão pelo meio branco. Atiravam no que viam, acertavam o que desconheciam: ao rejeitar a experiência branca porque era branca, na verdade assimilavam-na perdendo de vista a experiência humana; e perdendo as múltiplas contradições da sociedade. Desconheciam o país, quando era preciso enfrentá-lo.

A força do auto-reconhecimento

A consciência destas fragilidades não se deu a partir de um impulso apenas interno. As lutas africanas abriram, para os negros do Brasil, outra perspectiva crítica da sua existência no mundo branco. O surgimento de elites negras nos EUA completou o quadro. Se o nacionalismo negro ianque embutido e importado dos EUA resgatava, aos brasileiros, sua dignidade de raça, o universalismo da libertação africana exportava dignidade política, permitindo aos avistados negros redescobrir as massas populares e a universalidade da luta anti-racista.

(Explica-se: o movimento Soul, conhecido entre brancos como movimento Black, ao exacerbar

a negritude, deu visibilidade ao negro. Não só junto aos brancos, como entre os próprios negros que, ao se afirmarem como individualidade racial, realizaram a reivindicação de afirmação da consciência negra, tomando palpável para as lideranças negras reivindicações econômicas e de poder. A reação uníssona dos brancos empurrou a emergente classe média negra às suas origens raciais, confrontando-a com a inevitabilidade da sua condição de ex-escrava num país de ex-senhores. Os revolucionários africanos, por sua vez, destruíram o mito maniqueísta de que tudo o que é branco é, necessariamente, um mal, foi o pensamento universalizado e não a lógica do gueto, que alimentou as alianças inter-étnicas e a manipulação das contradições internas do poder colonial. Os brancos descobriram outro sujeito histórico no processo democrático, que deixou de ser um fenômeno europeu; a África não era só Idi Amim, o que foi bom para a dignidade negra)

O ano de 1978 foi um divisor de águas para o movimento negro porque revelou à sociedade um novo negro. É, portanto, divisor de águas também para a sociedade.

Até então os grupos negros mais arrojados limitavam-se a fazer teatro nas periferias, utilizando uma literatura em geral retirada de poemas, romances e textos africanos, além de livros de história. O esforço era para provar aos próprios negros que tinham dignidade e história. A escravidão e as revoltas dos escravos eram a espinha dorsal dos textos teatrais. O esforço de organização estava voltado para se criar meios de comunicações e formas de produção material e intelectual, através de imprensa a cooperativas negras de produção e distribuição de alimentos. Se para reunião, o máximo que se conseguia era reunir pequenos grupos, ativos, porém, pequenos de militantes, na maioria em fase de ascensão social. Foram destes núcleos que apareceram os debates sobre O Que Fazer no dia 13 de Maio.

Foi após se desenvolver a percepção de que era preciso sair do gueto, que se decidiu travar o primeiro enfrentamento interno. Antes entre aquelas duas tendências; depois com os setores mais tradicionais das Comunidades Negras e, finalmente, com o mundo dos brancos.

Lutas de Classes Internas

Foi uma data memorável, o dia 13 de Maio de 1978. O presidente do Clube 28 de Setembro, Frederico Pentecostado, começou a soar quando faixas e cartazes, questionando a abolição da escravatura em São Paulo e denunciando a brutalidade policial, foram erguidas no Largo do Paissandu diante da estátua da Mãe Preta.

A solenidade com autoridades, visava comemorar o dia 13 de Maio. O inusitado da situação tornou autoridades e policiais incompetentes para impedir a leitura da primeira carta aberta à população, fazendo um balanço dos mortos pela Rota e denunciando a violência policial. O governo da época era de Paulo Maluf.

No mesmo período, os movimentos negros perderam uma batalha, nas plenárias do Comitê Brasileiro de Anistia. A palavra de ordem "Anistia Total, Ampla e Irrestrita e revisão das penas dos presos comuns" foi cortada pela metade. A sociedade restou apenas refletir sobre as confissões sob torturas realizadas pelo DOPS. As delegacias de bairros e seus torturadores continuaram impunes.

Casa Grande e Senzala

O ingresso de negros militantes no mundo dos brancos militantes não foi um mero fenômeno sociológico. Nem foi determinado pela subjetividade das táticas políticas. Foi consequência do real. Do ponto de vista das grandes massas populares, a lógica do gueto é esdrúxula enquanto instrumento da política. Elas movem-se para frente; procuram expandir-se no espaço, enquanto são comprimidas pela opressão e a exploração, opõem-se ao gueto.

Não é a toa que as elites brasileiras comemoram, neste ano, o centenário da abolição, que não foi fruto do arbítrio puro e simplesmente, mas também resultado das pressões do escravo que ajudou inviabilizar o escravismo. A luta travada pelo escravo contra a escravidão transformou-se em luta por cidadania, quando livre. Por isto não é correto pensar nos movimentos negros a partir do momento que o opressor, homem ou mulher branca ou o explorador burgues, o reconheceu como fato político. Invisibilizado pela alienação branca, já existiam praticando a luta da política do possível.

Podemos identificar duas grandes tendências de movimentos negros na história: o de massas e os de elites. O primeiro prosperou nas senzalas; o segundo na Casa Grande. Na senzala contestava a chibata e o trabalho forçado; na Casa Grande visualizava o poder. Os heróis negros mais reconhecidos pelo mundo branco prosperaram nas Casas Grandes, muitos deles mestiços genéticos ou culturais, como Chica da Silva, Luiz Mahin, André Rebouças, José do Patrocínio. Suas lutas políticas só ganharam vigor quando se inspiraram nas

culturas-políticas, inclusive das senzalas. Quando simplesmente racializaram a luta foram submetidos ao isolamento ou perderam a expectativa de poder. Sem conexão com as senzalas, porém, suas histórias perderam-se no processo de branqueamento da sociedade brasileira.

Os heróis das senzalas, no entanto, só ganharam força quando buscaram dar ao vigor das culturas negras uma nova noção de política e poder na sociedade. Negros ou mestiços, e até brancos, foram enterrados na história e pela história dos seus protagonistas brancos, quando não aderiram à lógica da Casa Grande. É o caso de Zumbi ou Preto Cosme, os Malês, ao contrário de Henrique Dias ou Ganga Zumba. De qualquer forma os heróis da senzala sempre tiveram, em algum momento, a contingência de negociar o poder, ainda que das suas vidas ou morte na sociedade.

Sua maior insuficiência era, quase sempre, em relação à manipulação das contradições da sociedade colonial controlada pelos brancos em expansão. Sua grande contribuição, no entanto, é o fato de jamais terem cedido às teses racistas de se criar um país negro ou a partir desta ótica. Em Palmares foram encontradas estatuetas cristãs e os Malês combatiam os cristãos, fossem brancos ou negros. Os negros das senzalas atuaram em todas as revoltas populares do país e mesmo como soldados nas guerras das elites. Sempre incluíram brancos nas suas lutas por liberdade: como soldados e como generais. Antônio Bento e os Caifazes foram alguns deles. Assim é, até hoje, seja nas escolas de samba, no candomblé ou nas greves do ABC.

Movimento Real

É verdade que os movimentos negros vistos da Casa Grande foram pouco vigorosos neste século, no Brasil. O iceberg negro apresentou duas pontas principais e outros pontos que marcaram esta história. As duas faces principais foram a Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado.

Outras delas foram o Teatro Experimental do Negro, a imprensa negra do início do século e muitas entidades negras criadas no decorrer dos últimos cem anos. Em geral estes movimentos eram formados a partir de negros que deixavam a senzala e ingressavam no mundo dos brancos, tanto do ponto de vista econômico como cultural. São movimentos de reação ao racismo.

Há outros movimentos tão reais e muito mais vigorosos, que, na verdade, pressionavam a Casa Grande gerando a ideologia negra contestatória. São movimentos culturais negros de massa que incluem desde as Casas de Minas do Maranhão, os candomblés da Bahia, as escolas de samba do Rio Janeiro e São Paulo, as congadas, moçambiques e outros agrupamentos negros que sempre comemoram a libertação dos escravos mas que, hoje, através dos pagodes, blocos baianos ou carnaval de rua, verbalizam críticas à situação social brasileira.

Eles jamais voltaram às suas origens culturais exatamente porque são os produtores da cultura popular: é o movimento dos trabalhadores negros. Jamais viverão a contradição teórica raça e classe porque são o que são: a alma, o espírito e a matéria-prima do proletariado.

Este movimento real inclui mocinhos e bandidos das classes trabalhadoras e é formado por migrantes que vão do campo para a cidade ou do norte e nordeste para o sul. Ou então negros que, com muitos esforços ingressam na classe operária, são trabalhadores. Seus integrantes não têm vergonha de trabalhar na Casa Grande, onde, ao limpar banheiros ou aparar jardins, conspiram contra as culturas das elites. Nas madrugadas.

Este movimento definiu o perfil cultural do país do futebol, do samba e da cachaça: um país negro, chamado Brasil.

Este mesmo movimento, afinal, com seus operários e operárias deu à luz ao movimento negro pós 1978, que, de certa forma, começou a combinar o vigor da luta cultural e impor novas noções de política à sociedade. Ele, neste momento, se encontra e procura criar uma nova síntese ao lado de milhares de lideranças brancas com noções mais universalizadas do país e que se defrontam com a mesma indagação dos movimentos negros de 78: o que fazer no dia 13 de Maio, quando se comemora a abolição da escravatura no Brasil? Agora, o centenário da abolição.

Certamente esta indagação precisa ser respondida pelo PT e seus integrantes.

Afinal há petistas hoje capazes de verbalizar noções de política para a Casa Grande e outros que as verbalizam para as senzalas. Tudo é uma questão de opção. Mesmo porque há uma nova conspiração em movimento. Axé.

Hamilton Cardoso é jornalista. Milita no Movimento Negro Unificado (MNU) e é filiado ao PT.